
República Federativa do Brasil
Estado do Paraná
Avenida Solimar, 363 - Centro - Fone: (41) 3635-1327 - Fax: (41) 3635-1300
e-mail: contabilidade@paraná.pr.gov.br - CEP: 81222-000 - CNPJ: 75.708.245/0002-39 - Japurá/PR.

Estado do Paraná

DECRETO Nº 172/2022


Adriana Cristina Polizer, Prefeita do Município de Japurá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a aprovação do Conselho de Administração, órgão de nomenclatura e deliberação superior no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - do Município de Japurá,


DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Regimento Interno para Eleição dos membros do Conselho Fiscal da JAPURÁ PHEV, mandato 2023/2024, aprovado pelo Conselho de Administração na 3ª reunião extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2022, conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal "Manoel Peres Filho" de Japurá, Estado do Paraná, em 19 de setembro de 2022.


ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

 **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

DO MUNICÍPIO DE JAPARÁ-PR

CNPJ – 05.220.745/0001-00

ANEXO I – DECRETO Nº 172/2022

REGIMENTO INTERNO DA ELEIÇÃO PARA O CONSELHO FISCAL A REALIZAR-SE NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO JAPARÁ PREV, em sua 3ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 16 de setembro de 2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 29, de 23 de dezembro de 2020, RESOLVE aprovar o Regulamento para eleição dos membros do Conselho Fiscal:

DO PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I

Eleições

Art. 1º. Os membros do Conselho Fiscal do JAPARÁ PREV serão eleitos por voto secreto e direto, através do processo eleitoral, em conformidade com as determinações deste Regulamento para o mandato 2023-2024.

Art. 2º. Serão eleitos 03 (três) conselheiros titulares e respectivos suplentes, sendo as vagas preenchidas entre segurados ativos e/ou inativos.

§1º Serão considerados eleitos para o Conselho de Fiscal, os candidatos que obtiverem maior número de votos válidos, pela ordem crescente de votação obtida pelos candidatos na proclamação dos resultados da eleição.

§2º Serão considerados suplentes, os candidatos imediatamente mais votados, após a composição dos membros eleitos do Conselho Fiscal.

Art. 3º O processo eleitoral se iniciará com a publicação do Edital de Convocação, por parte da Comissão Eleitoral, de que trata a Seção II deste Regulamento.

SEÇÃO II

Comissão Eleitoral

Art. 4º O processo eleitoral será conduzido e conduzido pela Comissão Eleitoral, podendo os trabalhos ser acompanhados por quaisquer dos candidatos aos cargos.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR
CMPP - 59.220.745/2002-40

Art. 5º. A Comissão Eleitoral será composta por 03 (três) membros, sendo 01 (um) representante indicado pelo(a) Chefe do Executivo, 01 (um) representante indicado pelo Chefe do Legislativo e 01 (um) representante da JAPURÁ PREEV indicado pelo Conselho de Administração, sendo este servidor do quadro efetivo.

§1º. A designação dos membros da Comissão Eleitoral será feita através de Portaria da (o) Prefeita Municipal.

§2º. Os servidores designados serão liberados para os trabalhos necessários.

§3º. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 6º. O Presidente da Comissão Eleitoral será eleito entre os integrantes da Comissão.

Art. 7º. O Presidente da Comissão Eleitoral poderá convocar reuniões e designar secretários para a realização da respectiva ata, dentre outros atos que se demonstrarem necessários.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva da JAPURÁ PREEV deverá dar todo apoio técnico e logístico necessários aos trabalhos da Comissão Eleitoral.

Art. 8º. Os membros da Comissão Eleitoral não poderão candidatar-se ou manifestar-se contra ou a favor de qualquer dos candidatos inscritos.

SEÇÃO III
Do Eleitores

Art. 9º. É eleitor todo segurado da JAPURÁ PREEV que tenha ingressado no serviço público municipal até 31 de agosto de 2022.


§1º. A limitação temporária descrita no caput deste artigo justifica-se pela necessidade de organização da relação dos servidores em condições de votar.

§2º. Cada eleitor poderá votar uma única vez, independentemente do acúmulo de cargos ou aposentadoria/pensão que detenha.

SEÇÃO IV
Dos Candidatos

Art. 10. Poderão se candidatar os servidores públicos estatutários do Município de Japurá e aposentados da JAPURÁ PREEV que tenham formação superior em qualquer área, em conformidade com a Lei Complementar nº 39/2020.

§1º. Não poderá candidatar-se o servidor que tenha respondido processo administrativo junto



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE JAPARÁ-PR

CNPJ nº 05.220.745/0001-60

à Administração Municipal, com decédia traduzido em julgado e com decantação de precatório, contado dos últimos 5 (cinco) anos, até a data do Edital de Convocação para as eleições, os servidores ativos que estejam em licença sem vencimentos, os servidores em gozo de outros regimes não vinculados ao Plano de Carreira de Japará, os servidores da JAPARÁ PREV e os servidores em mandato eletivo e mandato classista.

§2º. Os candidatos serão dispensados pelo período, nos 15 dias que antecedem ao pleito eleitoral, sem prejuízo dos seus vencimentos.

SEÇÃO V

Da Posse

Art. 11. Para tomar posse o candidato eleito deverá cumprir não ter sofrido condenação criminal ou inabilitado em alguma das demais situações de ineligibilidade previstas no inciso I, art. P, da Lei Complementar nº 64, de 19/05/1995, em cumprimento ao contido na Portaria nº 9.807, de 14/04/2004, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Parágrafo Único - Os membros eleitos para o Conselho Fiscal, terão o prazo improrrogável de até 90 dias, contados da publicação do ato de posse, para apresentar à Diretoria Executiva a respectiva certificação, exigida por força da Lei Federal nº 12.846/2013, que alterou a Lei Federal nº 9.177/78.

SEÇÃO VI


Convocação das Eleições

Art. 12. - As eleições serão convocadas por Edital com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§ 1º. Cópia do Edital a que se refere este artigo deverá ser publicada no Órgão Oficial de Japará, além dos sites da [Internet](#) da JAPARÁ PREV e da Prefeitura do Município de Japará.

§ 2º - O Edital de Convocação das eleições deverá conter obrigatoriamente:

- I - Data, horário e local para votação;
- II - prazo para registro das candidaturas no horário e local de funcionamento da JAPARÁ PREV.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE JAPURA-PR

CNPJ – 05.225.745/0001-80

III – O prazo e a vaga a que se destina a eleição.

SEÇÃO VII

Da Inscrição dos Candidatos

Art. 13. O prazo para inscrição das candidaturas para o cargo de Conselheiro Fiscal será de 05 (cinco) dias úteis consecutivos contados após, no mínimo, 30 (trinta) dias da data da publicação do Edital de Convocação das eleições, com data inicial e final prevista no cronograma em anexo ao Edital.

§ 1º. O registro das candidaturas far-se-á junto à Comissão Eleitoral, que manterá uma secretária(o) na sede do JAPURA PREV., durante o período destinado à inscrição dos candidatos, com expediente das 8h às 11h00 e das 13h00 às 17 horas, onde prestará informações concernentes ao processo eleitoral e receberá e protocolará documentação. A inscrição e o envio de documentos, também poderão ser realizados pelo site da JAPURA PREV.

§ 2º. O requerimento da inscrição das candidaturas, assinado pelo próprio candidato, será endereçado à Comissão Eleitoral, em duas vias, e instruído com os documentos que se fizerem necessários por determinação do Edital.


§ 3º. O número de cada candidato será definido pela Comissão Eleitoral, através de sorteio, com sequências distintas para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Art. 14. No encerramento do prazo para inscrição dos candidatos, a Comissão Eleitoral providenciará a imediata lavatura da ata correspondente, consignando em ordem numérica de inscrição todos os candidatos e os respectivos cargos.

Art. 15. No prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do encerramento do prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral publicará a relação nominal das candidaturas registradas nos sites da Internet da JAPURA PREV e da Prefeitura do Município de Japurá, e declarará aberto o prazo de 01 (um) dia útil para impugnação, indicando no Edital a data para protocolo das mesmas.

Parágrafo Único. Findo o prazo estipulado a Comissão Eleitoral apreciará as impugnações em 01 (um) dia útil e publicará a homologação das candidaturas registradas.

Art. 16. Ocorrendo renúncia formal de candidato após o registro da candidatura, a Comissão Eleitoral publicará o pedido nos sites da Internet da JAPURA PREV e da Prefeitura do Município de Japurá-PR, para conhecimento dos segurados.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR

CNPJ – 05.220.745/0005-80

SEÇÃO VII

Ambiente de Votação

Art. 17 - As eleições serão híbridas, por carta e presencial, para atender os segurados que morem distantes do Município de Japurá, Paraná.

§1º. Na modalidade por carta, a cédula deverá chegar na Sede do Japurá-PR até o dia anterior à eleição presencial e permanecerão lacradas até o início da abertura das urnas o dia da eleição presencial.

§2º. A modalidade presencial terá início às 08h e término às 17h, com urnas posicionadas na Câmara Municipal de Japurá-PR.

Art. 18. A Comissão Eleitoral disponibilizará local, com acesso aos candidatos, para fiscalização das eleições em datas e horários definidos no Edital de Convocação das eleições.

SEÇÃO IX

Da Apuração dos Votos

Art. 19 – Após o término da votação, a Comissão Eleitoral convidará para participar da abertura das urnas e contagem dos votos, pelo menos dois (02) eleitores para acompanhar o processo de escrutínio.

Art. 20. Homologado o relatório de Apuração Final a Comissão Eleitoral proclamará eleitos os candidatos, incluindo os suplentes que obtiverem o maior número de votos para os respectivos cargos e fará levar a efeito os trabalhos eleitorais.


§1º. A ata assinada pelos membros da Comissão Eleitoral mencionará obrigatoriamente:

- a) o dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;
- b) número total de eleitores que votaram;
- c) resultado da votação especificando-se o número de votantes, e votos atribuídos a cada candidato, votos em branco e votos nulos;
- d) proclamação dos eleitos.

§ 2º - Em caso de empate será proclamado eleito o servidor com mais tempo de serviço público prestado no Município de Japurá.

Art. 21. A fim de assegurar a lisura ao processo eleitoral, todos os candidatos poderão acompanhar os trabalhos de apuração dos votos por parte da Comissão Eleitoral.

Art. 22 - A Comissão Eleitoral deverá comunicar o resultado por escrito, ao Chefe do Poder

 **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**
DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR
CNPJ nº 05.220.765/0001-80

Executivo do Município de Japurá, no prazo de 01 (um) dia útil, após o término do prazo estabelecido para o julgamento dos recursos.

Art. 23 – Serão proclamados eleitos os candidatos que, obtido o quórum legal, forem os mais votados.

Parágrafo único – Iguamente serão proclamados os suplentes.

SEÇÃO X
Do Quórum

Art. 24-A Eleição só será válida se participarem da votação, no mínimo 20% (vinte por cento) dos segurados com direito a votar.

§1º. Não sendo obtido o quórum, o Presidente da Comissão Eleitoral encerrará a eleição, proclamando em segunda, a necessidade de se promover nova eleição.

§2º. Caso não seja atingido o quórum necessário, serão efetuadas novas eleições.

§3º. Poderão participar da segunda eleição os mesmos eleitores que se encontraram em condições de exercer o voto na primeira eleição.

SEÇÃO XI
Anulação e Nulidade do Processo Eleitoral


Art. 25. Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste Regulamento, ficar comprovado:

a) que foi realizada em dia, hora e local diversos dos informados no Edital de Convocação ou encerrada a coleta de votos antes do dia determinado, especialmente nas condições previstas na lei complementar nº 39 de 23 de dezembro de 2020

b) que foram preteridas quaisquer formalidades essenciais estabelecidas neste Regulamento;

c) que não foram cumpridos quaisquer dos prazos essenciais estabelecidos neste Regulamento;

d) ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade.

 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR
CNPJ – 05.220.745/0001-40

Parágrafo único - A anulação do voto por parte do eleitor não implicará anulação da eleição.

Art. 26. Não poderá a nulidade ser invocada por quem tenha lido dado causa.


Art. 27. Anuladas as eleições, outras serão convocadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do despacho anulatório.

SEÇÃO XII
Processo Eleitoral

Art. 28. À Comissão Eleitoral, cabe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, constituindo os documentos sempre em duas vias, sendo a primeira original.

Parágrafo Único - São peças essenciais do processo eleitoral:

- a) Edital de Convocação e página do Órgão Oficial do Município em que foi publicado;
- b) Requerimentos das candidaturas com cópia dos documentos e currículo, evidenciando a qualificação individual dos candidatos;
- c) Edital de Publicação com a relação nominal dos candidatos registrados e página do Órgão Oficial do Município em que foi publicado;
- d) Relatório dos segurados em condições de votar;
- e) Material de divulgação das eleições contendo a relação nominal dos candidatos, suas fotos e locais de trabalho;
- f) Cópia rubricada dos relatórios emitidos durante o processo eleitoral, da relação entre a quantidade de eleitores e votos realizados;
- g) Cópia rubricada do relatório e gráfico indicativo do quôdem de eleitores que votaram;
- h) Cópia do relatório de apuração final, expresso em números absolutos, utilizado para homologação por parte da Comissão Eleitoral;
- i) Ata de homologação do relatório de apuração final;
- j) Cópias das impugnações e dos recursos e respectivas contra-razões;
- k) Comunicação oficial das decisões da Comissão Eleitoral.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR

CNPJ – 05.220.745/0001-80

SEÇÃO XIII

Das Recursos

Art. 41 – O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis contados da declaração oficial do resultado do pleito, que se dá através da publicação por Edital do resultado final da eleição.

§ 1º – Os recursos poderão ser interpostos por quaisquer dos candidatos.

§ 2º – Os recursos e os documentos da prova serão entregues em quatro vias, contra-recibo, à Comissão Eleitoral e juntados os originais à primeira via do processo eleitoral. A segunda via do recurso e dos documentos entregues, também contra recibo, em 01 (um) dia útil, ao recorrido, no prazo de 02 (dois) dias úteis para oferecer contra-razões.

§ 3º – Findo o prazo estipulado e recebidas ou não as contra-razões do recorrido, a Comissão Eleitoral decidirá em 02 (dois) dias úteis.

Art. 42 – O recurso não suspenderá a posse dos eleitos.

Parágrafo Único – Se o recurso versar sobre inelegibilidade de candidato eleito, o provimento não implicará suspensão da posse dos demais.

SEÇÃO XIV

Das Disposições Gerais


Art. 43 – A posse dos eleitos ocorrerá, após homologação da eleição, por ato da Prefeitura (o) Municipal.

Art. 44 – Os casos omissos neste Regimento serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 45 – Nenhum prazo previsto neste Regimento iniciará ou encerrará em dia não útil, ou quando não existir expediente normal na Prefeitura do Município de Japurá.

Art. 46 – A Controladoria Interna do Município de Japurá acompanhará todo o processo eleitoral e emitirá relatório ao final do processo.

Art. 47 – O presente Regimento será válido para a eleição do Conselho Fiscal de 2022 e entrará em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURA

Páço Municipal “Manoel Peres Filho”
 Fone: (44) 3323-1274, (44) 3323-1206 - 2422-7575 3383-99001-39
 AVENIDA ESTÁDIO PARANAÍENSE, 100


PORTARIA Nº 215/2022

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURA – COMARCA DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE


CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES A QUE TEM DIREITO AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR CLAUDIO APARECIDO RODRIGUES, LOTADO NO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS, CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, A PARTIR DE 19/09/2022 A 08/10/2022, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDENDO ENTRE 01/05/2017 A 30/04/2018

PAÇO MUNICIPAL “MANOEL PERES FILHO” DE JAPURA – ESTADO DO PARANÁ EM 16 DE SETEMBRO DE 2022.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Av. Estádio Paranáense, 100, Centro, CEP 81225-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Papo Nacional – Manoel Peres Filho
 Fone: (41) 3453-1121 - Fax: 3453-2000 e-mail: manoel.peres@pmjapara.pr.gov.br
 JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO 174 / 2022

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá, Esta do do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **CONSIDERANDO** o conteúdo no artigo 4º e inciso IV da Lei Municipal Nº 068/2011 de 23 de dezembro de 2011 alterada pela Lei Municipal Nº 019/2019 de 10 de julho de 2019, e demais alterações


DECRETA

Art. 1º – Fica NOMEADA a Senhora **VALERIA APARECIDA BARBOSA PONTALTI**, RG Nº 4.990.740-0- PR, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Secretário de Fundo Municipal de Saúde, Símbolo CC-4 de acordo com que determina o Artigo 4º da Lei Municipal Nº 068/2011 de 23 de dezembro de 2011 e o Anexo I da Lei Municipal Nº 019/2019 de 10 de julho de 2019, a partir de 19 de setembro de 2022.


Art. 2º – Ficam fixados os vencimentos correspondentes ao estabelecido na Linha 04 do Anexo VI – Cargos Condições, da Lei Municipal 068/2001 de 23 de dezembro de 2011, alterada pela Lei Municipal Nº 004/2022 de 24 de fevereiro de 2022 e suas alterações.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Papo Nacional – Manoel Peres Filho de Japurá em 19 de setembro de 2022.




ADRIANA CRISTINA POLIZER
 Prefeita Municipal



Avenida Bolívia Nº 343, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: manoel.peres@pmjapara.pr.gov.br

[illegible]

 **Prefeitura Municipal de São Tomé**
PRAÇA PRFESSOR DEODATO RIBEIRO Nº 170/001-29
CEP: 87.720-000 FONE: (0xx41) 264-0180 / FAX: (0xx41) 262-1320
prefeitura@saotome.pr.br S.A.O. TOME - PR PARANÁ

DECRETO Nº. 1077/2022

REGULAMENTA O SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL DE TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIROS (POR MEIO DE TAXI) EM REGULAMENTO DA LEI MUNICIPAL 21.014 NA FORMA QUE MENCIONA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE, Prefeito Municipal de São Tomé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º.- Fica regulamentado, o transporte individual de passageiros em veículos de aluguel, e sujeitos a licenciamento, pela Prefeitura, os veículos denominados "Taxis", bem como o seu estacionamento em pontos ou locais para uso determinados, rege-se por este Decreto.


§ 1º - O transporte a que se refere este artigo constitui serviço de interesse público e somente poderá ser exercutado mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura, a qual será outorgada pela outorga do "Alvará de Funcionamento", no valor anual constante de R\$ 1.000,00 e demais condições deste Decreto.

Art. 2º - A Prefeitura encorajará a mais ampla fiscalização e promoverá a visitação ou diligências com vistas ao cumprimento dos dispositivos deste Decreto; além disso, se houver interesse público, restringir ou ampliar a quantidade de veículos em circulação no Município; extingui-los, remanejar ou criar novos pontos.

Art. 2º - Os veículos de aluguel (táxi) destinados ao transporte individual de passageiros adotado o preço combinado como forma de cobrança do serviço prestado dentro dos limites do Município e em viagens, para fora do Município, de modo que a valor cobrado por Quilômetro rodado não poderá exceder o valor constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º - A exploração de serviço de transporte individual de passageiros, em veículos de aluguel somente será permitida à pessoa física, motorista profissional autônomo, devidamente habilitado, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º - Os veículos de que trata o artigo anterior somente serão dirigidos por motoristas devidamente inscritos no Selo Competente da Prefeitura.

 **Prefeitura Municipal de São Tomé**
C/Nº 375 381 326/000-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECHIO, 61 - SÃO TOMÉ - PARANÁ 3607-1280
prefeitura.saotome@gmail.com
SÃO TOMÉ

Art. 8º A permissão para executar os serviços estará compreendida no Alvará de Funcionamento.

Art. 9º Para os efeitos deste Decreto, considerar-se-á Motorista Profissional Autônomo aquele que esteja apto a exercer atividade remunerada, cadastrado devidamente anotada em sua Carteira Nacional de Habilitação, e, cadastrado como profissional autônomo em nome competente da Prefeitura Municipal.

Art. 10º O Alvará de Funcionamento somente será concedido ao proprietário de 01 (um) veículo e relativamente ao mesmo, não sendo permitida a outorga de mais de um Alvará ao mesmo proprietário.

Art. 11º O Alvará de Funcionamento deverá conter, além de outros dados convenientes à sua perfeita caracterização, o seguinte:

- I - Nome do proprietário;
- II - Número de RG, CPF e da Inscrição Municipal;
- III - Dados do veículo;
- IV - Local de ponto de estacionamento;
- V - Mês e ano do vencimento do Alvará;


Art. 12º Renovação do Alvará será feita anualmente, até o dia 31 de outubro de cada ano.

Art. 13º Os pontos de estacionamento deverão ser fixados pelo Executivo Municipal, tendo em vista o interesse público, com especificação da localização e quantidade dos veículos que nesses pontos deverão estacionar.

Art. 14º Ficam estipulados os seguintes pontos abaixo, com as respectivas vagas que totalizam 1 (uma)

- I - Ponto de taxi(01 cm) estabelecido na Avenida José Madureira – Praça Professor Pedro Fecho, 61, com o total de 1 (uma) vaga.
- II - Evidado ao permissionário de serviço de táxi o exercício, como motorista autônomo, de atividade diversa, dentre aquelas regulamentadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 15º Os pontos de táxi poderão, a juízo do Executivo, serem extintos, transferidos, aumentados e diminuídos na sua extensão, bem como, reduzido ou ampliado o limite de veículos, na forma de Lei.

 **Prefeitura Municipal de São Tomé**

CNP 1775 381 126/0001-29
PRACA PONTIFICIO RECHDO RECHDO, 248 - TORRE / FAX: (00044) 3607-1280
prefeitura.saotome@gmail.com
SÃO TOMÉ – PARANÁ

Art. 13.º Os Permissãoários deverão organizar-se e empenhar-se no sentido de ser mantida a ordem e a disciplina nos pontos de estacionamento e obedecer as normas legais e regulamentares.

Art. 14.º Qualquer que implique na perturbação da ordem e desobediência nos dispositivos legais e regulares implicará na aplicação de penalidades aos infratores, inclusive, conforme a gravidade da falta, a cassação do Alvará.

Art. 15.º Os Permissãoários deverão respeitar os dispositivos legais e regulamentares, bem como facilitar, por todos os meios, as atividades da fiscalização municipal.

Art. 16.º Os motoristas profissionais autônomos de táxi são obrigados ainda a:

I – Submeter seu veículo à vistoria para renovação do Alvará de Funcionamento;

II – Fornecer à Prefeitura os dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle de fiscalização;

III – promover anualmente o seu recadastramento;

IV – E vedado ao motorista de táxi:

I – Abandonar o veículo no ponto de estacionamento sem motivo justificado, e se o flow, paradas o lugar na fila, podendo ser ultrapassado pelo próximo veículo;

II – Dirigir com negligência, imprudência ou imperícia;

III – Fazer-se acompanhar de pessoas estranhas ao serviço;

IV – Importunar o transeunte, instituindo na aceitação de seus serviços;


V – Dormir, lanchar ou fazer refeições no interior do veículo;

VI – Estacionar fora dos locais permitidos, quando em serviço;

VII – Permitir a outro motorista dirigir o veículo, sem a prévia autorização do setor competente;

VIII – Recusar-se passaportes, salvo nos casos expressamente previstos em Lei, sendo permitido ao motorista, quando julgar necessário para sua segurança, solicitar a identificação prévia dos motoristas e apresentação dos documentos pessoais, caso em que estará em emprego próprio, que ficará no local da partida do veículo;

IX – Cobrar em desacordo com a Tabela;

 **Prefeitura Municipal de São Tomé**
CNPJ Nº 375.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FRECHOSO, 248 - FONE / FAX: (0xx46) 3607-1280
prefeitura@saotome@gmail.com
CEP: 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

X – Retardar ou suspender propostadamente a marcha, ou seguir itinerário mais extenso;

XI – Deixar o veículo ausente do posto por mais de 05 (cinco) dias salvo motivo de força maior devidamente comprovado ou autorização expressa da Prefeitura Municipal;

XII – Praticar jogos de azar no posto.

Art. 18 A inobservância das obrigações instituídas neste Decreto e nos demais atos regulamentares sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I – Advertência por escrito;

II – Aplicação de multa pecuniária, na reincidência ao item I anterior;

III – Cassação de Alvará de Funcionamento, na reincidência ao inciso II anterior.

Parágrafo único. Todos as aplicações penalizáveis, a que se refere este regulamento, serão devidamente anotadas nos promissórios dos infratores.

Art. 19 A constatação, notificação e atuação das infrações de que trata este Decreto, será de competência da fiscalização Municipal, reservado o direito no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.


Art. 20 A aplicação das penalidades será de competência do Departamento de Tributação.

Art. 21 Os casos omissos serão apreciados pelo setor competente.

Art. 22 Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "ANTÔNIO ARICINI DA SILVA" EM 15 DE SETEMBRO DE 2022.

CELOEL CESAR FERREIRA LEITE
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de São Tomé

C N P 375 381 178/0001-29

PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO,248-FONE / FAX:(0xx44) 3607-1280

prefeitura.saotome@gmail.com

CEP:87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

ANEXO I

DECRETO N°. 1077/2022

TABELA DE VALORES

KM RODADO (VALOR MÁXIMO)	R\$ 3,00
ALVARÁ ANUAL	R\$ 300,00

Município de São Tomé - Pr

CNPJ nº 18.961.715 / CEP: 05 - E-MAIL: municipio@saotomepr.br
RUA DRª ENCARNATA, Nº 236 - FONE: (0xx44) 3727-11.00
CEP 07.220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 05 de 15 de Dezembro de 2021

Cria a Comissão de Elaboração, Implementação, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS do Município de São Tomé – Paraná .

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de São Tomé – PR , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 028/2010 e,

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS realizada em 15 de Dezembro de 2021, registrado na Ata de Número 005/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Cria a Comissão de Elaboração, Implementação, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS do Município de São Tomé – Paraná ;

Art. 2º- A Referida Comissão será composta pelos membros:

I - Seifa Barbosa Vilela - Secretária Municipal de Assistência Social

II - Madalena Aparecida Cosci Trindade – Secretária Municipal de Assistência Social

III – Bethânia Cabrera de Souza Bortolato – Secretária Municipal de Assistência Social/Proteção Especial


IV - Alexandine Edimar de Souza – CRAS/Proteção Básica

Art.3º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Tomé, Paraná, 15 de Dezembro de 2021

Bethânia Cabrera de Souza Bortolato

BETHÂNIA CABRERA DE SOUZA BORTOLOTO
PRESIDENTE DO CMAS DE SÃO TOMÉ PR - DECRETO 923/2021



Prefeitura Municipal de São Tomé

PRACA PRADO REIS
CEP 87220-000

CPF: 07.351.176/0001-00
E-MAIL: prefeitura@saotome.gov.br
FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280

SÃO TOMÉ - PARANÁ

DECRETO Nº 1078/2022

INSTITUI A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ – PARANÁ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, OCELIO CESAR FERREIRA LEITE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar à Rede de Proteção à Criança e/ou Adolescente no Município de São Tomé – PR;

DECRETA:


Art. 1º. Este Decreto institui a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Município de São Tomé – PR, regida pelos princípios e prerrogativas constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas pertinentes, segundo conceitos e prescrições consignados e previstos na Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017 e no Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018.

Art. 2º. A Rede Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente será composta pelas seguintes membros titulares e seus suplentes:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representante do CRAS;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNPJ nº 75.381.778/0001-21
 PRÇA PROFESSOR DR. FÉLIX DO AMARAL, 248 – FONE/FAX: (0xx44) 3507-1280
 CEP 87.220-000 e-mail: prefeitura@saotome.pr.gov.br

PARANÁ

IV - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente
 representante da Secretaria Municipal de Saúde;

VII - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente
 representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

VIII - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente
 representante do Conselho Tutelar;

IX - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente
 representando a equipe técnica do Conselho Tutelar;

X - 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes
 representante da rede pública de ensino estadual;

XI - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente
 representantes das Entidades de Proteção e Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º. Os membros da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente serão nomeados através de Portaria.

Art. 4º. A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente será coordenada pelo membro titular representante da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Art. 5º. A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente atuará como o Comitê de Gestão Colegiada da rede pública de atendimento, com o objetivo de orientar os profissionais do Município de Cianorte, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede interinstitucional, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê, conforme preconiza o art. 9º, I do Decreto Federal nº 6.903, de 12 de setembro de 2010.

Art. 6º. Os fluxos e instrumentos de atendimento serão pactuados no âmbito da Rede de Proteção, com a participação dos diversos órgãos e setores que integram a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de viabilizar a oferta de serviços e o aprimoramento da integração do referido comitê, estabelecendo mecanismos de compartilhamento das informações e definir o papel de cada instituição e serviço.

Art. 7º. Poderão participar a Rede de Proteção como membros honorários representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Polícia Militar, Polícia Civil, Núcleo de Educação, Secretaria da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, Organizações Religiosas e da Sociedade Civil.

 **Prefeitura Municipal de São Tomé**
C.N.P.J. 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECHIDO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280
e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com
CEP 87220-000 SÃO TOMÉ - PARANÁ


Art. 8º. A Rede de Proteção deverá se reunir bimestralmente ou quando convocado extraordinariamente.

Art. 9º. A Rede de Proteção contará com Regimento Interno para regulação o seu funcionamento.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "ANTÔNIO ARICINI DA SILVA", 15 (QUINZE) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2022



OCÉLO CÉSAR FERREIRA LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

 **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ**
CNPJ - 01.508.970/0001-65
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECHCHIO, 14 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1772
e-mail: camarasaothome@gmail.com
CEP 87220-000 SÃO TOMÉ - PARANÁ


PROCESSO Nº 02/2022
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2022

Autorizo e ratifico a despesa, emissão de empenho e a dispensa de licitação para EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET DE FIBRA ÓPTICA PARA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, com valor global de R\$ 1.078,80 (Um Mil e Setenta e Otto Reais e Oitenta Centavos), em favor de Sara Online Informática, inscrita no CNPJ nº 09.172.836/0002-29. Em conformidade com o Art. 26 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com base no artigo 24, inciso II.

São Tomé, 16 de Setembro de 2022.



PAULO AUGUSTO GOYA
Presidente da Câmara Municipal



Prefeitura Municipal de Japurá

CNPJ nº 07.588.348/0001-90 | CEP 67123-440 | Fone: 76.768.3483 | Japurá, PA

Estado do Amapá

RESOLUÇÃO DO CONTRATO Nº 34/2022
PROPOSTA LICITATÓRIA Nº 9/2022
PRELADO Nº 02/2022 – ELETRÔNICO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CONTRATADA: FAVORITA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 21.380.013/0001-03

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Colúmbia, nº 100, JAPURÁ, PA CEP: 67.768.348/0001-90, neste ato representada pela Prefeita **ADRIANA CRISTINA POLIZER**, inscrita no CPF sob o nº 027.750.979-36, portadora da carteira de identidade RG nº 6.500.314-7 – SSP-PA, residente e domiciliada no Município de Japurá – Estado do Pará.


CONTRATADA: **FAVORITA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** – CNPJ: 21.380.013/0001-03, com sede administrativa à R. NADRA BUIARICA Nº 451, O QUADRA 145 LOTE DE SALA 02 – CEP: 74307070 – BARRIO, SETOR PARQUE GURUPÁ, GUARAPUAVA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.380.013/0001-03, neste ato representada(pela) s(o)á **RENATO DIAS RODRIGUES**, inscrito no CPF sob o nº 071.200.111-23, portador(a) da carteira de identidade RG nº 7892754 – SSP-PA, residente e domiciliado(a) no Município de Guarapuava/GO.


CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
 O presente Termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 34/2022, que tem por objeto a **ACQUIÇÃO DE AMPLIAÇÃO EM TEM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ**, CONFORME RESOLUÇÃO DA CÂMARA DE SAÚDE DO ESTADO DO AÇODE – Nº 741/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO
 Pelo presente Termo de Rescisão, resolve de acordo com o Processo Administrativo Sancionatório 012/2021, e, na forma do Preâmbulo em 08/2022, rescindir a partir da data de assinatura do presente Termo, tendo em conformidade com o disposto no Art. 147, I, da Lei Municipal nº 2.648/2012, que autoriza a Administração poder garantir a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções e, inciso III - suspender temporariamente a execução do contrato, por falta de cumprimento de obrigações, e, inciso IV - suspender temporariamente em caráter de suspensão de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS
 Fica debita a Rota da Contabilidade de Rescisão, Estado do Pará, para dirimir dúvidas os questionários oriundos do presente Termo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustados, assinam o presente Termo de Rescisão, em 02 (dois) dias de igual hora e forma na presença de duas testemunhas.


ADRIANA CRISTINA POLIZER
 Prefeita Municipal



Willian Ferreira Sauti
 Representante Legal

Testemunhas:

 Felipe Junior Vianaes do Silve
 CPF: 203.487.219-27

Testemunhas:

 Willian Ferreira Sauti
 CPF: 442.462.428-40



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Rua Paraná, 50 - Fone/Fax: (044) 3644-1114, 3644-1185, 3644-1100 e 3644-1178
Site: www.saomanueldo-parana.com.br e-mail: paraisol@saomanueldo-parana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J 80.099.437/0001-43

D E C R E T O N º 167/2022

EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR DE CARGO E PROVEDIMENTO EM COMISSÃO.

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando pedido de Exoneração, protocolado sob nº 0249/2022 de 1º de setembro de 2022.

DECLARA:

Art. 1º Fica exoneração a pedido, a partir de 20 de setembro de 2022, **GIOVANI ANDRESSON DE OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade Rg. nº 10.XXXXX-5 SSP/PR, do Cargo de Provedimento em Comissão de **ASSESSOR ESPECIAL DELEGADO**, na Secretaria Municipal Divisão de Agricultura, nos termos da Lei Municipal nº 9011/2018 de 24 de julho de 2018, percebendo vencimentos atribuído ao Símbolo CC-5, constante da Tabela de Vencimentos de Cargos em Comissão anexo I e II da referida Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal 138/2021 de 30/07/2021.

Paço Municipal "13 de setembro", de São Manoel do Paraná, em 19 de setembro de 2022.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Arquivado)

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2022

O MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, Estado do Paraná, através do prefeito Municipal, Sr. JULIANO TREVISAN CORDEIRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei 8666/93, com alterações posteriores, e, a Lei Orgânica Municipal, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados que fará realizar Processo Licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA**, tipo **MAIOR OFERTA**, para Concessão de Uso, mediante contrato administrativo, de salas comerciais junto ao Terminal Rodoviário de Passagens de INDIANÓPOLIS, pelo prazo de **10 (dez) anos, prorrogável por igual período**, nas condições do presente Edital e que estará recebendo os envelopes de documentação e da proposta até às 08:00 horas do dia **25 de Outubro de 2022**, na Prefeitura Municipal de INDIANÓPOLIS, na Avenida Santos Dumont, 131, Centro, Município de INDIANÓPOLIS, e que neste mesmo dia e local, às **08:30 horas**, realizará abertura dos envelopes. Regra-se o processo licitatório ora aberto pela Lei Federal nº. 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e em especial pelo constante neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto do presente edital consiste na Concessão de Uso de salas comerciais junto ao Terminal Rodoviário de Passagens de INDIANÓPOLIS, localizado na Avenida Tupinambás, 71, no Bairro Centro, INDIANÓPOLIS/PR, a saber: **Sala comercial de destinada exclusivamente para a atividade comercial de venda de passagens e transporte de encomendas, por ônibus autorizados pelos órgãos públicos competentes, para o transporte intermunicipal, estadual e interestadual, conforme o caso e sala comercial destinada exclusivamente para a atividade comercial de venda de lanches e refeições em geral.**

O lance mínimo mensal para a Concessão de uso não será inferior a **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**.

O valor do lance foi fixado nos patamares acima, eis que se constitui em obrigação das empresas o custeio das seguintes despesas: limpeza geral das dependências

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

Internas do Terminal Rodoviário de Passagens de INDIANÓPOLIS, incluindo as salas comerciais, as áreas comuns, os banheiros e o terminal de embarque, durante a vigência do contrato, incluindo nesta obrigação os materiais necessários para a limpeza e a mão de obra, bem como papel toalha e papel higiênico nos banheiros.

Os licitantes poderão obter esclarecimentos sobre este Edital através do telefone (44) 3674-1108, nos dias considerados úteis de expediente normal na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br ou na Avenida Santos Dumont, 131, centro, Indianópolis/PR, CEP 87.235-000.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente Licitação PESSOAS JURÍDICAS, que atenderem integralmente aos requisitos contidos neste Edital. Para efeito desta Licitação, qualifica-se como pessoa jurídica: empresa com sede no país.

2.2. Para fins de habilitação os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:
I - Registro Comercial ou contrato social em vigor, no ramo pertinente ao objeto da Licitação, devidamente registrado;
II - Prova de inscrição no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
III - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;
IV - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
V - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;
VI - Prova de Regularidade com o INSS;
VII - Prova de Regularidade com o FGTs;
VIII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
IX - Declaração de que não contrata menores, conforme modelo anexo II.

2.3. A apresentação da proposta significará que o licitante tomou conhecimento de todas as informações que julgar necessárias à participação do Edital e seus termos das cláusulas deste edital, que examinou o conteúdo do Edital e seus anexos e os encontrou corretos, e que aceita, integral e irrevocavelmente, os seus termos.

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS.

3.1. A documentação necessária para habilitação dos licitantes é a constante no item 2.2.

3.1.1. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, neste caso, autenticada por tabelião competente ou servidor da administração, conforme preceituado no artigo 32 da Lei 8.666/93.

3.1.2. Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

3.1.3. A documentação a que se refere o item 3.1 conterá na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01
DE: (colocar o nome da empresa)
PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Departamento de Compras e Licitações
LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 003/2022
ABERTURA: às 08:00 HORAS DO DIA 25/10/2022
ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

3.2. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional;

3.2.1. - A proposta deverá ser redigida em idioma nacional, ser feita por item, indicando os valores unitários e totais em reais, apresentada em original, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada por representante legal da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, estando dentro de envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua visualização.

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

3.2.2. Em hipótese alguma serão consideradas as "propostas" apresentadas após a data e horário apurado, mesmo se remetidas ou expedidas antes da data de abertura da licitação, bem como as que contrariarem os demais requisitos deste edital.

3.2.3. O Envelope de apresentação da proposta deverá conter na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 02
DE: (colocar o nome da empresa)
PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Departamento de Compras e Licitações
LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 003/2022
ABERTURA: às 08:00 HORAS DO DIA 25/10/2022
ENVELOPE "PROPOSTA"

3.3.4. O envelope nº. 02 - PROPOSTA deverá conter em seu interior, obrigatoriamente e sob pena de desclassificação do licitante o seguinte:

a) Proposta feita em papel timbrado da firma ou no Anexo I do edital, em uma única via, em linguagem clara, sem rasura ou entrelinhas, devidamente assinada, por representante legal da empresa, contendo o percentual proposto pela outorga a Prefeitura Municipal, pelo direito de uso da concessão do Terminal Rodoviário.

b) Indicação do número desta concorrência;

c) Razão Social, endereço completo e telefone da empresa proponente, CNPJ, CI, CPF e endereço residencial do representante da empresa apto a assinar o contrato

d) Especificação clara e completa do objeto desta Licitação

e) Prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da abertura das propostas. As propostas que omitem o prazo de validade serão consideradas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias.

f) Carta de apresentação da proposta financeira pela concessão do serviço, em percentual numérico e por extenso.

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

4. DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS.

4.1. Do Pagamento:

4.1.1. O pagamento do valor apresentado na proposta para a concessão de uso é à vista, tendo que a primeira mensalidade ser efetuada até 05 (cinco) dias úteis após a homologação deste Processo Licitatório.

4.1.2. O licitante vencedor deverá recolher mensalmente à Tesouraria da Prefeitura Municipal até o quinto dia útil do mês do vencimento.

4.1.3. O não pagamento de qualquer parcela implicará em multa de 10% do valor da parcela.

4.1.4. O atraso superior a 20 (vinte) dias no pagamento de qualquer parcela implicará na perda total do consócio.

4.2. Sobre o valor apresentado não haverá quaisquer formas de reajuste.

5. DA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS.

5.1. Na data, horário e local indicados neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes contendo a documentação e as propostas.

5.2. Após o presidente da Comissão declarar estar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, inclusive documentos não apresentados de acordo com o Edital ou substituição dos mesmos.

5.3. Os documentos retratados do envelope, serão rubricados por todos os membros da comissão de licitação, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos.

5.4. Caso a Comissão de Licitação julgar conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, afirmando que tenha melhores condições de analisar os

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

documentos apresentados, marcando nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação.

5.5. Julgada a habilitação, somente serão abertas as propostas de preços que tenham satisfeito as exigências contidas no item 2 deste edital, após recurso, ou existência expressa, ou após julgamento dos recursos interpostos.

5.6. Abertos os envelopes das propostas, os respectivos documentos serão rubricados por todos os membros da comissão e facultativamente, pelos representantes dos participantes presentes na sessão.

5.7. Caso a comissão de Licitação julgar necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, efetuando o julgamento das propostas, sem a presença dos participantes.

5.8. O não comparecimento de qualquer dos representantes não impedirá a efetivação da reunião de abertura das propostas de preços, não cabendo aos ausentes o direito de qualquer reclamação, salvo recurso no prazo legal.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

6.1. No julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas no Edital, levar-se-á em conta:

6.1.1. O maior lance ou oferta.

6.1.2. Verificado a igualdade de condições entre duas ou mais propostas, será considerado como critério de desempate, o sorteio.

6.1.3. As empresas não presentes, ou formalmente não representadas, na sessão de abertura e julgamento da proposta, estarão aceitando implicitamente, qualquer resultado proférédo pela Comissão Permanente de Licitações.

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

6.1.4. Os itens apresentados com valor zero na proposta, automaticamente serão considerados como não cotados pelo licitante;

Abstrangência das propostas:

a) Todos os contratos que a licitante vencedora assinar com terceiros, reger-se-ão pelas normas de Direito Privado não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre terceiros e o município concedente, para a prestação de serviços no Terminal Rodoviário, deverão possuir cláusula específica que aborde rescisão de seu contrato com a Prefeitura Municipal. Em caso de falência ou concordata de concessionária contratada, ou da rescisão de seu contrato com a Prefeitura, esta será previamente comunicada, avançando para si todos os contratos com os prestadores de serviços subcontratados da concessionária não assumido, porém, nenhuma pendência passada que lhe venha a imputar ônus de qualquer natureza;

b) Durante a vigência da concessão, a licitante vencedora não poderá transferir, direta ou indiretamente, o contrato de concessão a terceiros, bem como o controle societário sem o prévio e expresso consentimento e concordância da Prefeitura Municipal.

c) A licitante vencedora se obriga a apresentar, a Secretaria Municipal de Administração e Governo, relatórios mensais de todas as atividades e ocorrências havidas no Terminal Rodoviário, abrangendo, inclusive, o número de passageiros embarcados e a movimentação de ônibus, por empresa, no Terminal Rodoviário.

d) Sem prejuízo disposto no alínea anterior, o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Governo, poderá designar servidor municipal para promover fiscalização das atividades da concessionária, inclusive para apurar e conferir o número de passageiros embarcados e a movimentação de ônibus, por empresa, no Terminal Rodoviário.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

7.1.1. Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação de licitante;

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) rescisão do contrato;

e) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária e multa;

7.1.2. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, de que não cabia recurso hierárquico;

7.1.3. O recurso previsto no item 7.1.1 letra "a" e "b" terá efeito suspensivo os demais recursos terão efeito devolutivo.

7.1.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

7.1.5. Os recursos previstos neste edital deverão observar os seguintes requisitos:

a) Ser datilografado e devidamente fundamentado

b) Ser assinado por Profissional devidamente habilitado.

7.1.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Os projetos de instalação interna deverão ser aprovados previamente pela administração, devendo toda e qualquer alteração ser submetida à apreciação da mesma, especialmente no que tange ao projeto visual do terminal.

8.2. O licitante adjudicado deverá iniciar as atividades no prazo máximo de 10 dias a contar da assinatura do contrato.

8.3. O proponente vencedor do certame receberá o espaço físico edificado, de que trata o presente edital, responsabilizando-se pela manutenção e conservação dos

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

mesmos, devendo por ocasião da devolução entregá-los no estado em que recebeu, excetuando-se a depreciação normal decorrente do uso apropriado.

8.4 São obrigações da CONCESSIONÁRIA:

I - Pagar os tributos que incidirem sobre as atividades desenvolvidas, ficando sujeito também ao alvará de licença renovável anualmente.

II - Respeitar e acatar as normas baixadas pela Prefeitura;

III - Manter um serviço intermunicipal, apropriado, atualizado e compatível com o interesse público;

IV - Manter o objeto da concessão em perfeito estado de conservação, segurança, higiene, conforto, responsabilizando-se por qualquer dano que der causa ou em virtude da atividade desenvolvida;

V - Manter-se em dia com as obrigações trabalhistas e sociais;

VI - Respeitar as normas técnicas estabelecidas por órgãos competentes.

VII - Responder pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos;

VIII - Os preços praticados na lanchonete/restaurante devem ser compatíveis com o preço de mercado;

IX - Observar os padrões básicos estabelecidos para o atendimento ao público, compatíveis com o local e ramo da atividade desenvolvida.

X - Atender as normas de higiene e saúde pública estabelecidas por órgãos competentes, com fornecimento ao público de refeições, lanches, alimentação em geral e bebidas.

XI - Cumprir o horário mínimo de funcionamento e atendimento ao público.

XII - E de responsabilidade da concessionária os móveis, utensílios e demais equipamentos para o bom funcionamento do estabelecimento dos espaços.

XIII - Evitar qualquer tipo de jogo de azar e jogos tipo cassino.

XIV - Não permitir que os equipamentos sejam utilizados como moradia do CONCESSIONÁRIO, familiares, empregados ou qualquer outros, ainda que a título provisório, exceção apenas para a permanência de vigias credenciados;

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

XV - Prestar serviço adequado, em forma e qualidade, respeitando as leis e regulamentos do Município para atividades a ser explorada no complexo

XVI - Não mudar a destinação original dos equipamentos públicos concedidos, obrigando-se a mantê-los em boas condições de conservação e higiene

XVII - Realizar a limpeza diária das áreas circunvizinhas aos equipamentos, bem como de todos os recipientes que forem utilizados pelos usuários;

XVIII - As contratações, feitas pela Concessionária, serão regidas pelas disposições de direito privado e da legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação empregatícia entre os contratados pela Concessionária e o Município-Concedente;

XIX - A concessionária assumirá integralmente a responsabilidade por danos eventualmente causados a Concedente ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na exploração dos serviços concedidos, incluindo assim, a Administração de qualquer reclamação que possam surgir consequentemente a concessão, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados independentemente de provocação por parte da Prefeitura;

XX - Realizar manutenção e conservação do Terminal Rodoviário, bem como realizar reparos necessários para o bom funcionamento do mesmo, mediante aprovação da concedente.

São consideradas despesas da licitante na execução do objeto desta licitação:

a) Manutenção e conservação do Terminal Rodoviário decorrentes de uso normal;

b) Manutenção e conservação dos jardins sob sua jurisdição;

c) Limpeza geral das áreas sob sua jurisdição;

d) Serviço de carregadores de bagagem no Terminal Rodoviário;

e) Serviço de achados e perdidos no Terminal Rodoviário;

f) Mobilização e desmobilização de seu pessoal e equipamento, bem como de apoio logístico necessário à manutenção de seu pessoal;

g) Limpeza e manutenção dos banheiros, assim como manutenção dos mesmos abertos durante horário de funcionamento das linhas de ônibus;

h) Realizar a limpeza diária das áreas circunvizinhas aos equipamentos, bem como de todos os recipientes que forem utilizados pelos usuários

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

8.5 É vedado ao concessionário:

I - Transferir para terceiros, a atividade objeto desta concessão, sem a prévia aprovação da Prefeitura Municipal.

II - Fazer distinção no atendimento em virtude de raça, credo e nacionalidade;

III - Comercializar e/ou permitir a prestação de serviço ou produtos que pelas suas características, possam estimular frequência indesejável;

IV - Locar, sublocar, permitir e/ou ceder áreas compreendidas na concessão, para exploração de qualquer ramo de atividade.

Não será admitida a SUBCONTRATAÇÃO para execução do objeto deste certame, exceto se houver a possibilidade do cumprimento do mesmo entre Matríz e Filial. Caso o licitante opte por cumprir o objeto através da Matríz e Filial, ambas deverão preencher os requisitos de habilitação.

8.6 São obrigações da concedente:

a) Regularizar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

b) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

c) Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

d) Analisar e decidir sobre as solicitações de autorização para realização de eventos;

e) Aplicar penalidades regulamentares e contratuais;

f) Realizar o acompanhamento e fiscalização pelo correto e integral cumprimento do contrato, que competirá à Secretaria Municipal de Administração;

g) Aprovar previamente qualquer obra de reparos no Terminal Rodoviário a ser realizada pela Concessionária;

h) Realizar obras de reformas caso necessárias no Terminal Rodoviário;

i) Promover a acessibilidade do Terminal Rodoviário, nos Termos da Lei 10.048/2000, 10.098/2000 do Decreto 5.296/04 da ABNT NBR 9050:2004 e ABNT NBR 15320:2005.

j) Pagar despesas com água, energia elétrica, telefone, impostos e taxas.

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato ou expedido do pedido, sem que cabia reclamação ou pedido de indenização pela proponente.

9.2 O licitante adjudicado do objeto do presente edital, assinará contrato com o Município nos termos da minuta integrante do presente processo, no prazo de até 5 dias.

9.3 O imóvel reverterá desonerado a CONCEDEENTE se o concessionário não lhe der o uso prometido ou desviar sua finalidade contratual, e após o prazo de 10 anos.

9.4 O Município de Indianópolis reserva-se o direito de rejeitar as propostas apresentadas ou revogar esta licitação por motivos supervenientes de justificável interesse público.

9.5 Das decisões da Comissão Permanente de Licitações, caberá recurso no prazo estabelecido na Lei 8.666/93

9.6 Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas de outros licitantes.

9.7 A revogação ou anulação do processo licitatório não gera direito de indenização a nenhuma das licitantes

9.8 Decairá do direito de impugnar o edital ou parte dele o licitante que, tendo o aceite em observância venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese que não será considerada para efeito de recurso.

9.9 Dos recursos orgamntários: A receita proveniente de Contrato de Concessão de uso será creditada na Conta Orçamentária correspondente do Município de Indianópolis/PR.

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. A proponente poderá, em caso de dúvida, quer seja de caráter técnico ou legal, consultar a Comissão Permanente de Licitação.

10.2. As respostas às solicitações de esclarecimento serão encaminhadas por e-mail ou disponibilizadas no site https://www.indianopolis.pr.gov.br/, no link "Licitações" em até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

10.3. Eventuais impugnações ao edital deverão obedecer o disposto na Lei 8666/93, artigo 41, sendo a impugnação analisada pela Comissão Permanente de Licitações pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.4. As impugnações poderão ser protocoladas na sede da Prefeitura Municipal junto a Comissão Permanente de Licitações de 2ª a 6ª feira, encaminhadas pelos correios ou mediante petição assinada de forma eletrônica a ser encaminhada ao endereço eletrônico: licitacao@indianopolis.pr.gov.br.

INDIANÓPOLIS – PR, 19 de Setembro de 2022.

JULIANO TREVISAN CORDEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Município de INDIANÓPOLIS
Declaração para participar no Edital de Concorrência nº 003/2022

PROPOSTA DE PREÇOS (PREÇOS MÍNIMOS).

Objeto: O objeto do presente edital consiste na Concessão de Uso de salas comerciais junto ao Terminal Rodoviário de Passagens de INDIANÓPOLIS, localizado na Avenida Tupinambás, 71, no Bairro Centro, INDIANÓPOLIS, PR, conforme especificações abaixo.

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Valor mínimo mensal para a concessão	Valor mensal Ofertado
01	Sala comercial de destinada exclusivamente para a atividade comercial de venda de passagens e transporte de encomendas, por ônibus autorizados pelos órgãos públicos competentes, para o transporte intermunicipal, estadual e interestadual, conforme o caso e sala comercial destinada exclusivamente para a atividade comercial de venda de lanches e refeições em geral.	10	Anos	R\$250,00	

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

Atividades da Concessionária, além das já descritas acima:
a) Contratação e exploração das atividades operacionais de embarque e desembarque;
b) Aplicação de recursos para exploração de publicidade institucional;
c) Os serviços de carregadores de bagagem;
d) Os serviços de informação ao público;
e) Limpeza e manutenção do banheiro sanitário, sem custo ao público;
f) Os serviços de limpeza e conservação das áreas de uso comum, dos estacionamento, das vias de acesso e outros, nos limites do perímetro do Terminal Rodoviário;
g) Demais condições contidas no edital.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

Local e Data

NOME E ASSINATURA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Município de INDIANÓPOLIS
Declaração para participar no Edital de Concorrência nº 003/2022

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal (o/a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identificação Profissional nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito anos.

(Local), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do responsável legal da empresa

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Local/Município), _____ de _____ de 2022.

Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Município de INDIANÓPOLIS
Declaração para participar no Edital de Concorrência nº 003/2022

_____, nome da empresa, inscrita no CNPJ nº _____, endereço completo _____, declara sob as penas da lei que até o presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na licitação em referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local/Município), _____ de _____ de 2022

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Município de INDIANÓPOLIS
Declaração para participar no Edital de Concorrência nº 003/2022

_____, nome da empresa, inscrita no CNPJ nº _____, endereço completo _____, declara sob as penas da lei que até o presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na licitação em referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local/Município), _____ de _____ de 2022

Assinatura do responsável legal da empresa

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (0xx44) 3674-1108 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuri, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruaru, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44-3674-1100 - 3674-1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

6.1.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer das partes, resguardado o interesse público;

6.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

6.2 O descumprimento, por parte da Cessionária, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura a Concedente o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interposição judicial e/ou extrajudicial.

6.3 A rescisão do contrato, com base no item anterior da presente cláusula, sujeita a Cessionária à devolução dos bens recebidos como incentivos.

6.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Alteração

7.1 O presente contrato poderá ser alterado na forma do artigo 65 de Lei 8.666 de 23 de junho de 1993 e alterações posteriores.

7.2 Poderá ainda ser alterado o presente contrato objetivando a modificar o cronograma de implantação do empreendimento e outros aspectos de execução desde que devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA OITAVA - Da Legislação

8.1 O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, aplicando-se os preceitos de direito público e supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e demais legislação pertinente.

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (044) 3674-1100 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruaru, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44-3674-1100 - 3674-1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA NONA - Do Foro

9.1 Para dirimir divergências sobre o presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, em detrimento a qualquer outro por mais privilegiada que seja.

9.2 E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas que a tudo assistiram.

9.2.1 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "13 de setembro" de São Manoel do Paraná, em 19 de setembro de 2022.

INDIANÓPOLIS - PR, ... de de 2022.

JULIANO TREVISAN CORDEIRO
Prefeito Municipal

CESSIONÁRIA
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas

Avenida Santos Dumont, 131 - CNPJ 75.798.355/0001-77 - Fone/Fax (044) 3674-1100 - CEP 87235-000
Indianópolis - Paraná - e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114, 3644-1185, 3644-1100 e 3644-1178
Site: www.saomaneldoparana.pr.gov.br e-mail: licitacao@saomaneldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

DECRETO Nº 166/2022.

SÚMULA: Prorroga Contrato por prazo determinado.

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando as disposições da Lei Municipal nº 007/2013 e o previsto no Teste Seletivo Simplificado 001/2022, aberto através do Edital Teste Seletivo Simplificado 001/2022- A:

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado pelo prazo de 06 (seis) meses, compreendido no período de 21/09/2022 a 20/03/2023, conforme previsto no item 19.5 do Edital Teste Seletivo Simplificado 001/2022- A, para o emprego de Professor/20 horas - CLT- TEMPORÁRIO, a candidata aprovada no Teste Seletivo Simplificado 001/2022, MARIA CRISTINA LOPES BORTOLAZZI HEPP, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.400.000 e CPF nº 017.000.000-46, tendo em vista o atendimento da necessidade e interesse público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "13 de setembro" de São Manoel do Paraná, em 19 de setembro de 2022.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
Assinado original

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100
Site: www.saomaneldoparana.pr.gov.br e-mail: licitacao@saomaneldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2022 - PMSMP
TIPO: MENOR PREÇO, POR ITEM

O presente procedimento licitatório seguirá o rito da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002, conforme estabelecido no art. 191 da Lei nº 14.133/2021.

O Município de São Manoel do Paraná, torna público para conhecimentos dos interessados, que se encontra aberta a Licitação pelo Edital na forma Pregão Eletrônico nº 49/2022 - PMSMP cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ESPETÁCULO PARA O DIA DAS CRIANÇAS E COM TEMA NATALINO A SER REALIZADO NESTA MUNICIPALIDADE.

DATA E HORÁRIO: A licitação acontecerá no dia 06/10/2022 através da plataforma BLL www.bll.org.br, a partir das 08:30 horas, horário de Brasília (DF).

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: Informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, na Prefeitura Municipal.

VALOR GLOBAL: R\$ 31.429,33 (Trinta e um mil quatrocentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos). Com 2 itens.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná, Praça Paraná, nº 50, de segunda a sexta-feira, horário comercial, pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná www.saomaneldoparana.pr.gov.br ou pelo site da Bolsa de Licitações e Leilões "BLL" www.bll.org.br.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 19 de setembro de 2022.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

AVISO DE EDITAL
EDITAL DE LEILÃO Nº 02/2022 - PMSMP
TIPO: MAIOR LANCE

O presente procedimento licitatório seguirá o rito da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002, conforme estabelecido no art. 191 da Lei nº 14.133/2021.

O Município de São Manoel do Paraná torna Público para conhecimento dos interessados, a realização de Leilão, no dia 07/10/2022 às 09h00min, no Plenário da Câmara Municipal de São Manoel do Paraná, Avenida Indianópolis, nº 888, na modalidade LEILÃO PÚBLICO do tipo MAIOR LANCE, conforme abaixo relacionado:

Lotes	Especificações Dos Bens	Valor Inicial Total
07	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULANCIA MUNICIPALIDADE.	R\$ 295.000,00

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço supramencionado no horário comercial e no Site: www.saomaneldoparana.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Leiloeiro designado no endereço acima mencionado ou pelo telefone (44) 3644-1100, fax (44) 3644-1114 - e-mail: compras@saomaneldoparana.pr.gov.br.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 19 de setembro de 2022.

AGNALDO TREVISAN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO/FORNECIMENTO

EXTRATO DE CONTRATO: Nº 069/2022 - PMSMP

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16 de setembro de 2022.

CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Praça Paraná, nº 50, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.909.617/0001-63.

CONTRATADA: FANCAR ITALIA VEICULOS LTDA, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 72.358.195/0002-38, com sede na Avenida Parâ, nº 564, Zona de Armazém, CEP: 87.207-006, Telefone/Fax: (44) 3631-2600, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO KM TIPO PICK UP, PARA SER USADO NAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ORIGEM: Processo de Pregão na Forma Eletrônica nº 41/2022 - PMSMP.

VALOR GLOBAL: R\$ 191.700,00 (Cento e um mil e setecentos reais).

PRazo DE VIGENCIA: O período de execução é de 120 (cento e vinte) dias após a solicitação e de vigência é de 12 (doze) meses contado a partir da data de sua assinatura.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 16 de setembro de 2022.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO/FORNECIMENTO

EXTRATO DE CONTRATO: Nº 068/2022 - PMSMP

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16 de setembro de 2022.

CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Praça Paraná, nº 50, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.909.617/0001-63.

CONTRATADA: STA SOLUÇÕES COMERCIAIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 37.737.790/0001-78, situada na Rua Almino Coscia, nº 2278, Bairro Primavera, CEP: 85.050-450, Telefone/Fax: (44) 3261-6969, na cidade de Quatro Barras, Estado do Paraná.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO KM TIPO VAN/FURÇÃO DE LUGARES + 11 PARA SER USADO COMO TRANSPORTE SANITÁRIO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ORIGEM: Processo de Pregão na Forma Eletrônica nº 39/2022 - PMSMP.

VALOR GLOBAL: R\$ 215.000,00 (Duzentos e quinze mil reais).

PRazo DE VIGENCIA: O período de execução é de 30 dias após a solicitação e de vigência é até 31 de dezembro de 2022.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 16 de setembro de 2022.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
5º Tabelionato de Notas e 1º Tabelão do Registro Civil
Mauro Gomes de Moraes
Cid. Inscrição

Av. Maranhão, 234 - Centro - C.E.P. 87.200-246 - (044) 3629-1745

LIVRO D-088 **FOLHA 076** **TERMO 027075**

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.075

Faço saber que pretendem casar-se, sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, e apresentar os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, IV, do Código de Processo Civil, os contratantes: CLAUDIO EVARISTO GARÇON LARANHA, de Civil Brasileiro, casado, empresário, solteiro, natural de CIANORTE-PR, onde nasceu no dia 04 de novembro de 1998, residente e domiciliado à Rua ITAPEMA, 42, em CIANORTE-PR, filho de CLAUDIO FERREIRA LARANHA e de SANDRA GARÇON LARANHA; e CAMILA BRITO DE ANDRADE de nacionalidade brasileira, Auxiliar Comercial, solteira, natural de CIANORTE-PR, onde nasceu no dia 27 de março de 1998, residente e domiciliada à Rua SOLIMÕES, 480, em CIANORTE-PR, filha de JUAZRE BRITO DE ANDRADE e de CLAUDIA INES PITTA DE ANDRADE.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume, no dia 17 de junho de 2022, Protocolado Sob Nº: 1.643/2022.

CIANORTE-PR, 17 de junho de 2022.

Mauro Gomes de Moraes
Oficial

MUNICÍPIO DE CIANORTE
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS 21/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia para construção da Secretaria Municipal de Assistência Social - Órgão gestor, CRAS e CREAS.

O Presidente da Comissão de Licitação, nomeado pela Portaria nº 67/2022 de 31 de Março de 2022, no uso de suas atribuições legais, convoca os participantes habilitados para continuidade da licitação acima.

Desse modo, estando exausto o prazo recursal determinado pelo Art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93, e não havendo recursos referente a fase de habilitação, NOTIFICO os interessados para CONTINUIDADE do certame com a abertura da proposta de preços a ser realizada no dia 23 de Setembro de 2022 às 08:30 horas.

Paço Municipal Prefeito Wilson Ferreira Varella, em 19 de Setembro de 2022.

Marcos Alberto valério
Presidente

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 168/2022

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: Aquisição de uniformes e equipamentos de segurança de motociclismo (coletes, camisetas, jaquetas, botinas e correlatos). Credenciamento até as 8h30min do dia 05 de outubro de 2022 através do site www.licitacoes.caixa.gov.br; o recebimento das propostas até as 9h do dia 05 de outubro de 2022; início da sessão às 9h do dia 05 de outubro de 2022; oferecimento de lances a partir das 10h00min do dia 05 de outubro de 2022. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://lp.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 19 de setembro de 2022.

Kelly Karolyne Ickert
Chefe da Divisão de Licitações

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação - Tomada de Preços nº 26/2022

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, às 9h do dia 10 de outubro de 2022, na Sala de Reuniões da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico, nº 100, Cianorte, Paraná, TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de rede pública de energia elétrica primária e secundária para atender a iluminação pública entre o perímetro urbano de Cianorte e Distrito de Vidigal. Valor Máximo: R\$ 2.204.056,66 (dois milhões, duzentos e quatro mil, cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos). Prazo para execução: 03 (três) meses. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados e/ou retirados no endereço acima indicado, no horário de expediente, ou no Portal da Transparência do Município de Cianorte através do link: <http://lp.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações - Telefones 44-3619-6207, 3619-6208, 3619-6209. Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 19 de setembro de 2022.

Kelly Karolyne Ickert
Chefe da Divisão de Licitações

MUNICÍPIO DE CIANORTE
ESTADO DO PARANÁ

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 578/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 13/2021

OBJETO: Contratação de empresa para a execução da obra de Reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde Dr. Afonso Cebola Abrão.

Pelo presente Termo Aditivo resultante do contrato e certame descrito acima, que celebraram entre si o Município de Cianorte - Pr, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, **Marcos Antonio Franzato**, Portador da Cédula de Identidade RG nº 30370277SSP/PR, e do CPF no 306.800.859-04, aqui denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa **Oliveira & Amorim Engenharia Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Ettore Giovine, 2734, Jardim Resata, na cidade de Paranavai, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.587.294/0001-60, telefone: 44 3900-0887, e-mail: aron.amorim@hotmail.com, neste ato representado pelos Srs. **Erno Silva Amorim**, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.463.580-2 e do CPF nº 085.655.0191-4 e **Rodrigo de Oliveira Souza** portador da Cédula de Identidade RG nº 9.615.915-3 e do CPF nº 078.078.239-92, residente e domiciliado em Paranavai, doravante denominado, simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o quanto adiante se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO HISTÓRICO DO CONTRATO

Contrato	Data de assinatura	Execução até	Vigência até	Valor total
578/2021	12/12/2021	12/06/2022	12/07/2022	R\$ 307.744,13

Aditivos

Nº Aditivo	Motivo	Execução até	Vigência até	valor	Valor total
1	VALOR	02/10/2022	02/12/2022	R\$ 543,89	R\$ 307.200,24
2	Prazo	02/10/2022	02/12/2022		

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES
O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução até 06/12/2022 e vigência até 02/01/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas, itens e condições do Contrato descrito acima, desde que não conflitem com o presente TERMO ADITIVO.

Por estarem assim, justos e concordantes, firmam o presente Termo Aditivo, os representantes das partes.

Cianorte - PR, em 14 de setembro de 2022.

Município de Cianorte
Marcos Antonio Franzato
CONTRATANTE

Erno Silva Amorim
Oliveira & Amorim Engenharia Ltda
CONTRATADA

Rodrigo de Oliveira Souza
Oliveira & Amorim Engenharia Ltda
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE CIANORTE
ESTADO DO PARANÁ

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 529/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 10/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica do Distrito de Vidigal, conforme Convênio-Caixa 891391/2019.

Pelo presente Termo Aditivo resultante do contrato e certame descrito acima, que celebraram entre si o Município de Cianorte - Pr, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, **Marcos Antonio Franzato**, Portador da Cédula de Identidade RG nº 30370277SSP/PR, e do CPF no 306.800.859-04, aqui denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa **Ciapav Construções Cívicas Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida América 5050, na cidade de Cianorte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.227.825/0001-08, telefone 3629-2010, e-mail: engenharia@ciapav.com.br, neste ato representada pelo Sr. **Rafael Domingos Lagulo**, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.830.669-8 e do CPF nº 030.212.289-33, residente e domiciliado em Cianorte, doravante denominado, simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o quanto adiante se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO HISTÓRICO DO CONTRATO

Contrato	Data de assinatura	Execução até	Vigência até	Valor total
529/2021	25/10/2021	25/03/2022	25/10/2022	R\$ 246.733,17

Aditivos

Nº Aditivo	Motivo	Execução até	Vigência até	valor	Valor total
1	Prazo	25/07/2022			
2	Prazo	25/09/2022			

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES
O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução até 25/11/2022 e vigência até 25/12/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas, itens e condições do Contrato descrito acima, desde que não conflitem com o presente TERMO ADITIVO.

Por estarem assim, justos e concordantes, firmam o presente Termo Aditivo, os representantes das partes.

Cianorte - PR, em 06 de setembro de 2022.

Marcos Antonio Franzato
Município de Cianorte
CONTRATANTE

Rafael Domingos Lagulo
Ciapav Construções Cívicas Ltda
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE CIANORTE
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

A Presidente da Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria nº 164/2022 de 10 de Agosto de 2022, no uso de suas atribuições legais, publica o resultado do julgamento da fase de habilitação, concernente ao Edital de Licitação nº 8/2022, modalidade Concorrência Pública, visando a Contratação de empresa para a execução de obra visando a construção de escola municipal no loteamento Residencial Parque das Nações.

Segue abaixo o resultado da fase de habilitação do certame:

Razão Social/Nome	CNPJ	SITUAÇÃO
CASA ALTA EMPREENDIMENTOS LTDA	36.546.378/0001-32	HABILITADA
CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA	05.326.878/0001-35	HABILITADA
CONSTRUTORA PIACENTINI	76.307.024/0001-50	INABILITADA
O S L INFRAESTRUTURA LTDA	27.943.728/0001-03	INABILITADA
PGC ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	18.091.212/0001-97	HABILITADA

Desse modo, concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, conforme disposição do Art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei Federal 8.666/1993, para eventual apresentação de recurso contra a decisão da comissão.

Os autos estão disponíveis na Divisão de Licitações do Município de Cianorte.

Paço Municipal Prefeito Wilson Ferreira Varella, em 19 de Setembro de 2022.

Ivoneite de Jesus Costa
Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 151/2022

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER - A Servidora Pública Municipal Senhora **ELIANE GONÇALVES DA SILVA LEALDINI**, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.185.580-1 SSP/PR, LICENÇA ESPECIAL, do período aquisitivo de 07/08/2017 a 06/08/2022, com período de concessão para 19/09/2022 a 17/12/2022, conforme dispõe o Artigo 111 da Lei Municipal nº 1710/19 de 30/10/2019 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Jussara) e requerimento protocolado sob nº 9237/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
Aos 14 de setembro de 2022.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.670/2018

Endereço: Avenida Doutor Getúlio Vidigal, 685
e-mail: protestacao@jussara.pr.gov.br

JUSSARA - PR

RESOLUÇÃO: 008/2022

O Conselho Municipal de Assistência Social, do Município de Jussara-Pr, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal N.º 1.670/2018 de 12/12/2018, em reunião ordinária realizada aos quatorze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Jussara-Pr, resolve:

Art. 1º - APROVAR O PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE INCENTIVO DESTINADO AO CUSTEIO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DO COVID-2021, ATRAVÉS DOS RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CEAS-PR; NO VALOR DE R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ATRAVÉS DA DELIBERAÇÃO Nº 056/2021-CEAS-PR.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Secretaria Municipal de Assistência Social, aos 14 de Setembro de 2022.

Aparecida Sebastião Figueiredo Rodrigues
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

TERMO DE RATIFICAÇÃO
À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2022-PMJ

Considerando as informações, documentos e pareceres contidos no Processo Administrativo nº 134/2022, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 30/2022, para contratar a empresa **MARIA INES PETERNELLA MARQUES OS096216942**, CNPJ nº 45.771.651/0001-13, objetivando a aquisição de 100 camisetas manga curta para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com o valor global de **R\$: 2.290,00** (dois mil duzentos e noventa reais).

Esta Ratificação se fundamenta no Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Jussara, 16 de setembro de 2022.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP Nº 077/2022-PMJ

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe do Objeto da Licitação Pública: aquisição de um veículo utilitário a ser adquirido através da Resolução SESA nº 254/2022, de 31/03/2022, na modalidade de Pregão Eletrônico sob Nº 077/2022-PMJ, a favor da empresa classificada: **FANCAR ITALIA VEICULOS LTDA**, CNPJ nº 72.358.195/0002-38, com o valor unitário de **R\$: 104.990,00** (cento e quatro mil novecentos e noventa reais) referente ao item nº 01.

Jussara-PR, 19 de setembro de 2022.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.670/2018

Endereço: Avenida Doutor Getúlio Vidigal, 685
e-mail: protestacao@jussara.pr.gov.br

JUSSARA - PR

RESOLUÇÃO: 008/2022

O Conselho Municipal de Assistência Social, do Município de Jussara-Pr, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal N.º 1.670/2018 de 12/12/2018, em reunião ordinária realizada aos quatorze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Jussara-Pr, resolve:

Art. 1º - APROVAR O PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE INCENTIVO DESTINADO AO CUSTEIO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DO COVID-2021, ATRAVÉS DOS RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CEAS-PR; NO VALOR DE R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ATRAVÉS DA DELIBERAÇÃO Nº 056/2021-CEAS-PR.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Secretaria Municipal de Assistência Social, aos 14 de Setembro de 2022.

Aparecida Sebastião Figueiredo Rodrigues
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-2